CLIPPING INTERNET

20/04/2022 ATÉ 20/04/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 SITE G7 MARANHÃO..... 1
2 CEMULHER
2.1 SITE O PROGRESSO..... 2
3 DECISÕES
3.1 BLOG DANIEL MATOS..... 3 4
3.2 BLOG DAVI MAX..... 5
3.3 BLOG GILBERTO LEDA..... 6
3.4 BLOG GILBERTO LIMA..... 7
3.5 BLOG NETO WEBA..... 8
3.6 BLOG ZECA SOARES..... 9 10 11
3.7 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)..... 12
3.8 SITE G1 MARANHÃO..... 13
3.9 SITE IMIRANTE.COM..... 14 15
3.10 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 16 17
3.11 SITE O MARANHENSE..... 18 19
4 DESEMBARGADOR
4.1 BLOG CELSO ALMEIDA..... 20
4.2 BLOG DO MINARD..... 21 22
4.3 BLOG GILBERTO LEDA..... 23
4.4 BLOG ISAÍAS ROCHA..... 24
4.5 BLOG LUÍS CARDOSO..... 25
4.6 BLOG ZECA SOARES..... 26
4.7 SITE IMIRANTE.COM..... 27
4.8 SITE MARANHÃO HOJE..... 28
5 PONTO FACULTATIVO / FERIADO
5.1 BLOG MARDEN RAMALHO..... 29
6 POSSE
6.1 SITE O MARANHENSE..... 30
7 PRECATÓRIOS
7.1 BLOG DO NETO FERREIRA..... 31
8 PRESIDÊNCIA
8.1 SITE DIÁRIO DE BALSAS..... 32
8.2 SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA..... 33
9 SERVIDOR PÚBLICO
9.1 BLOG DO ZÉ LOPES..... 34
9.2 BLOG JOÃO FILHO..... 35
9.3 BLOG PAULO ROBERTO..... 36
9.4 SITE O MARANHENSE..... 37

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - BLOG CELSO ALMEIDA
NEUTRA
Deputada Daniella quer dados da OAB sobre mulheres em listas para vagas no TJMA

Deputada Daniella quer dados da OAB sobre mulheres em listas para vagas no TJMA

Um requerimento apresentado nesta semana pela deputada Daniella (PSB) na Assembleia Legislativa do Maranhão pode obrigar a Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a apresentar informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa por vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão pelo chamado Quinto Constitucional.

O pedido será apreciado pela Mesa Diretora da Casa.

Segundo a solicitação, a parlamentar quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje. Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.

A ideia de que vem crescendo entre movimentos por direitos femininos é que haja três homens e três mulheres na lista.

No mês de março, advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, com diversas autoridades, para pedir apoio ao movimento chamado Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas tenham 50% de mulheres.

O movimento contou com apoios da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do TSE.

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - BLOG DANIEL MATOS
POSITIVA
Braide propõe 10,6% de reajuste salarial a professores grevistas

Braide propõe 10,6% de reajuste salarial a professores grevistas

Em greve geral desde o último dia 18, professores da rede municipal de ensino de São Luís vão avaliar em assembleia a proposta de 10,6% de reajuste salarial
O prefeito de São Luís, Eduardo Braide, ofereceu 10,6% de reajuste salarial aos professores da rede municipal de ensino, que estão em greve geral desde a última segunda-feira (18). A proposta foi apresentada na tarde desta quarta-feira (20) e será apreciada em assembleia geral da categoria marcada para logo mais, às 16h30, na Praça Maria Aragão.

O percentual de reajuste ofertado foi definido durante audiência de conciliação realizada pela manhã, no Tribuna de Justiça do Maranhão, entre representantes da Secretaria Municipal de Educação (Semed) e do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Pública Municipal de São Luís (Sindeducação), que conduz a paralisação.

a proposta de reposição salarial apresentada por Braide contempla professores ativos, aposentados e pensionistas de nível superior.

Segue comunicado da Prefeitura de São Luís acerta do reajuste proposto:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - BLOG DANIEL MATOS
NEUTRA
Professores rejeitam proposta de Braide por unanimidade e greve geral da categoria contínua

Professores rejeitam proposta de Braide por unanimidade e greve geral da categoria contínua

Greve de professores da rede municipal de ensino de São Luís continua após categoria rejeitar, por unanimidade, proposta de reajuste de 10,06% apresentada pelo prefeito Eduardo Braide

Professores da rede pública municipal de ensino de São Luís rejeitaram por unanimidade a proposta de reajuste salarial de 10,06% apresentada pelo prefeito Eduardo Braide e decidiram manter a greve geral da categoria, que nesta quinta-feira (21) completa quatro dias. A decisão de recusar a oferta de Braide foi tomada em assembleia geral realizada na Praça Maria Aragão, encerrada por volta das 21h30.

Mais de 2 mil professores e professoras da rede pública municipal de ensino da capital maranhense lotaram a Praça Maria Aragão e mostraram que estão dispostos a defender suas carreiras. Por unanimidade, os profissionais do magistério rejeitaram os 10,06% de reajuste propostos pelo prefeito.

O percentual foi apresentado por representantes da Secretaria Municipal de Educação (Semed) durante audiência de conciliação realizada pela manhã no Tribunal de Justiça do Maranhão.

Com a continuidade da greve, dezenas de escolas permanecem fechadas e dezenas de milhares de estudantes seguem fora de sala de aula.

Abaixo, pronunciamento da presidente do Sindicato dos Profissionais do Magistério Público Municipal de São Luís (Sindeducação), Sheila Bordalo, sobre o desfecho da assembleia geral:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - BLOG DAVI MAX
NEUTRA
Sindeducação desrespeita decisão judicial e mantém greve em SLZ

Sindeducação desrespeita decisão judicial e mantém greve em SLZ

Mesmo com um decisão judicial em vigência, o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação) decidiu manter a greve da categoria, nesta segunda-feira (18).
A desembargadora Maria Francisca Gualberto de Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão, considerou ilegal o movimento e atendeu uma solicitação da Prefeitura de São Luís, através da Procuradoria-Geral do Município, que entrou com uma Ação Declaratória de Nulidade de Greve com Pedido de Tutela de Urgência.

A magistrada, em sua decisão, ressaltou que uma paralisação neste momento seria prejudicial ao sistema de ensino, que já acumula prejuízos de praticamente dois anos por conta da pandemia. Além disso, a desembargadora entendeu que foi o próprio Sindeducação quem decidiu interromper uma mesa de negociação que tratava de reajuste salarial.

No entanto, mesmo com a decisão favorável, a Prefeitura de São Luís seguiu com o diálogo com a categoria, tanto que o prefeito Eduardo Braide, na última quarta-feira (13), recebeu representantes do Sindeducação para dialogar sobre a campanha salarial da categoria. O prefeito assegurou que apresentaria uma nova proposta na terça-feira (19), baseada na realidade financeira do Município.

“Convidei e recebi hoje aqui na Prefeitura, o Sindeducação para dialogarmos sobre a campanha salarial da categoria. Aos nossos educadores, informei que na próxima terça-feira (19), a Prefeitura apresentará uma nova proposta dentro da realidade financeira do Município. Em contrapartida, o Sindeducação se comprometeu em avaliar junto à categoria, a suspensão do movimento até a apreciação da nova proposta. O nosso trabalho de reconstruir a educação de São Luís não pode parar”, afirmou o prefeito na semana passada.

Só que mesmo diante da decisão judicial e da promessa da Prefeitura de São Luís de apresentar uma nova proposta na terça-feira, o Sindeducação, de maneira irredutível e intransigente, manteve o movimento que vai prejudicar os alunos da rede pública municipal de ensino na capital maranhense.

É aguardar e conferir.

NOTA | SEMED

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) informa que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Nesse contexto, o Município deu início ao maior programa de reformas de escolas de São Luís. De todas as unidades, em apenas 1 ano e 3 meses, 50% já foram totalmente reformadas e as demais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas, prioridade para este momento. A SEMED informa ainda que todas as escolas serão totalmente reformadas pelo programa Escola Nova.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - BLOG DO MINARD
POSITIVA
Desembargador Marcelino Everton é eleito 2º Vice-Presidente do TJMA

Desembargador Marcelino Everton é eleito 2º Vice-Presidente do TJMA

Com 26 votos favoráveis, os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram o desembargador Marcelino Chaves Everton para o cargo de 2º vice-presidente do Tribunal, durante a sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 20.

De acordo com a Lei Complementar nº 242/2022, o 2º vice-presidente ficará afastado de suas funções judicantes (salvo no Plenário) e substituirá o 1º vice-presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos. Além disso, o 2º vice-presidente exercerá as funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor-geral do Poder Judiciário.

Em discurso, o desembargador Marcelino Everton comunicou que deixa o cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), diante da eleição teceu agradecimentos à Corte estadual. “Quero agradecer a cada um dos colegas a deferência pela votação e dizer que desejo que haja harmonia perante todos os membros da mesa diretora e com todos os colegas que compõem este colegiado”, afirmou.

Desembargador Tyrone Silva cumprimentou o eminente colega pela eleição. “Que faça uma grande administração como é da sua competência”, afirmou.

A convocação de desembargadores e desembargadoras para a eleição para o cargo de 2º vice-presidente foi feita pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, por meio da Circular GP nº. 522022, de 4 de abril de 2022, nos termos do artigo 100 e seus parágrafos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e da Lei complementar nº 242, de 31 de março de 2022.

Perfil

Desembargador Marcelino ingressou na magistratura em 1982, após aprovação em concurso público para Juiz de Direito. Foi promovido por merecimento para as comarcas de Carolina (1986-1990) e Pedreira (1990-1993).

Chegou à capital em setembro de 1993, promovido por antiguidade como juiz auxiliar, tendo sido titularizado na 5ª Vara da Fazenda Pública, por ele instalada em 1997. Por meio de permuta, foi para a 2ª Vara da Família em 2002, onde permaneceu até ter acesso ao cargo de desembargador.

Como juiz da 10ª Zona Eleitoral, presidiu a solenidade de diplomação do prefeito e vereadores eleitos em 2004, em São Luís. Marcelino Everton teve acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, sendo oficialmente empossado em 16 de outubro de 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - BLOG DO MINARD
NEUTRA
Daniella requer da OAB lista de mulheres que vão disputar vaga de desembargador no MA

Daniella requer da OAB lista de mulheres que vão disputar vaga de desembargador no MA

Um requerimento de autoria da deputada estadual Daniella (PSB) deve ser apreciado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa e, posteriormente, enviado à Ordem dos Advogados do Maranhão (OAB-MA) solicitando informações sobre a quantidade de mulheres que foram incluídas nas listas sêxtuplas elaboradas pela entidade ao longo dos anos para disputas nas vagas de desembargador abertas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e denominadas de Quinto Constitucional.

Através do documento, a parlamentar também questiona a Ordem sobre a existência de algum projeto interno que fomente a criação de uma lista com paridade de gênero.

Defensora dos direitos femininos, Daniella é uma entusiasta de uma lista sêxtupla balanceada, composta por três homens e três mulheres.

“Nosso requerimento não deixa de ser um reforço à campanha feita nacionalmente pelas mulheres advogadas que pedem igualdade no Quinto Constitucional. Mas é, também, uma forma de incentivar a mudança que nós, mulheres, tanto buscamos. Conto com a sensibilidade da OAB-MA, e sigo confiante no sucesso de nossa solicitação”, disse a deputada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRECATÓRIOS
20/04/2022 - BLOG DO NETO FERREIRA
NEUTRA
Documento confirma investigação contra prefeito de Imperatriz

Documento confirma investigação contra prefeito de Imperatriz

Documento obtido pela reportagem confirma que há investigação em trâmite contra o prefeito de Imperatriz, Assis Ramos, por suposta omissão no repasse de recursos destinados ao pagamento de precatórios pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A informação sobre o inquérito tinha sido negada pela assessoria do Executivo Municipal por meio de nota emitida após a publicação da reportagem do Blog do Neto Ferreira.

A Portaria nº 03/2022 disponibilizada no Diário Eletrônico do Ministério Público pela 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa de Imperatriz reafirma os dados contidos dentro do texto já veiculado (reveja aqui).

O documento foi assinado pelo promotor de Justiça João Marcelo Moreira Trovão em 8 dia abril, 15 dias depois da reunião virtual realizada pela Coordenadoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Maranhão (COORDPREC/TJMA) com a participação da PGM e Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Gestão Orçamentária (Sefazgo) de Imperatriz.

Leia o documento abaixo:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - SERVIDOR PÚBLICO
20/04/2022 - BLOG DO ZÉ LOPES
POSITIVA
NOVO PLANO DE CARGOS DO TJMA CHEGA ÀS MÃOS DE OTHELINO NETO

NOVO PLANO DE CARGOS DO TJMA CHEGA ÀS MÃOS DE OTHELINO NETO

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, na tarde de ontem, segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
NEUTRA
Em nova afronta à Justiça, Sindeducação marca ato para a porta do TJ

Em nova afronta à Justiça, Sindeducação marca ato para a porta do TJ

Depois de simplesmente igonrar a decisão da desembargadora Maria Francisca Galiza, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o Sindeducação, que comanda desde ontem, 18, uma greve de professores de São Luís, resolveu ir além.

A entidade marcou para amanhã, 20, uma mobilização em frente à sede do próprio Tribunal, onde será realizada audiência de conciliação entre sindicalistas e Prefeitura de São Luís.

A convocação para o ato foi publicada nas redes sociais do sindicato.

Uma verdadeira afronta.

Além de descumprir a liminar do TJ que declarou ilegal o movimento, os seus líderes ainda decidem fazer piquete em frente à própria corte.

Lembrou muito a atitude do representante dos rodoviários que, recentemente, declarou que liminar não fazia ônibus rodar.

E todos já sabem no que deu…

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
NEUTRA
Deputada quer dados da OAB sobre mulheres em listas para vagas no TJMA

Deputada quer dados da OAB sobre mulheres em listas para vagas no TJMA

Publicado em 20 de abril de 2022 por gilbertoleda

Um requerimento apresentado nesta semana pela deputada Daniella (PSB) na Assembleia Legislativa do Maranhão pode obrigar a Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a apresentar informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa por vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão pelo chamado Quinto Constitucional.

O pedido será apreciado pela Mesa Diretora da Casa.

Segundo a solicitação, a parlamentar quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje. Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

_____Leia mais
TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador; texto vai à AL

O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.

A ideia de que vem crescendo entre movimentos por direitos femininos é que haja três homens e três mulheres na lista.

No mês de março, advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, com diversas autoridades, para pedir apoio ao movimento chamado Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas tenham 50% de mulheres (saiba mais).

O movimento contou com apoios da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do TSE.

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

Professores não aceitam proposta feita pelo prefeito Braide e greve continua por tempo indeterminado

Os professores da rede municipal de ensino não aceitaram proposta da Prefeitura de São Luís, que ofereceu 10,06% de reajuste salarial para a categoria.

A decisão foi tomada durante assembleia geral, na noite desta quarta-feira (20), na Praça Deodoro. O Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) informou que a greve se mantém, por tempo indeterminado.

Com a greve mantida, novas rodadas de diálogo devem ocorrer.

O percentual de 10,06% apresentado é o dobro do que a Prefeitura havia oferecido durante as rodadas de diálogo com o sindicato, e foi apresentado em audiência de conciliação entre as partes, realizada hoje, no Tribunal de Justiça, Centro. O índice seria aplicado aos vencimentos dos professores que recebem acima do piso salarial

Segundo o Sindeducação, o valor é muito abaixo do que a categoria reivindica, que é atualização do piso nacional de 33,24% para docentes do nível médio. Esse reajuste foi aprovado pelo governo federal, no dia 4 de fevereiro deste ano, com isso, o piso passou de R$ 2.886 para R$ 3.845. E para todos os professores de nível superior, a categoria pede 36,56%.

Para os que recebem abaixo do piso, a Prefeitura diz que mandou à Câmara Municipal proposta de reajuste em 33%.

Anteriormente, a gestão municipal havia proposto reajuste de 5%, que não foi aceito pelos professores e culminou na decretação de greve por tempo indeterminado, na segunda-feira, 18, mesmo com decisão judicial que considerou a paralisação ilegal.

DEPUTADA PEDE À OAB PARIDADE DE GÊNERO EM LISTAS PARA VAGAS DE DESEMBARGADOR

Daniella quer cota para mulheres na escolha do quinto constitucional

A deputada estadual Daniella (PSB) vem se manifestando a favor da paridade de gênero nas listas sêxtuplas formuladas pela Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para escolha de vagas no Tribunal de Justiça do Maranhão reservadas ao quinto constitucional da advocacia.

Por conta disso, a parlamentar apresentou um requerimento nesta semana na Assembleia Legislativa do Maranhão para que a OAB possa apresentar informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa. O pedido será apreciado pela Mesa Diretora da Casa.

Segundo a solicitação, a parlamentar quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje. Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.

A ideia de que vem crescendo entre movimentos por direitos femininos é que haja três homens e três mulheres na lista.
No mês de março, advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, com diversas autoridades, para pedir apoio ao movimento chamado Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas tenham 50% de mulheres (saiba mais).

O movimento contou com apoios da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do TSE.

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

Othelino Neto recebe do presidente do TJMA

Encontro serviu para apresentar o novo plano de cargos dos servidores do Judiciário
Foto de João Filho João Filho Mande um e-mail8 minutos atrás0 5
O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância do projeto de lei para a categoria

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - BLOG LUÍS CARDOSO
POSITIVA
Desembargador Marcelino Everton é eleito 2º Vice-Presidente do TJMA

Desembargador Marcelino Everton é eleito 2º Vice-Presidente do TJMA

Com 26 votos favoráveis, os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram o desembargador Marcelino Chaves Everton para o cargo de 2º vice-presidente do Tribunal, durante a sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 20.

De acordo com a Lei Complementar nº 242/2022, o 2º vice-presidente ficará afastado de suas funções judicantes (salvo no Plenário) e substituirá o 1º vice-presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos. Além disso, o 2º vice-presidente exercerá as funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor-geral do Poder Judiciário.

Em discurso, o desembargador Marcelino Everton comunicou que deixa o cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), diante da eleição teceu agradecimentos à Corte estadual. “Quero agradecer a cada um dos colegas a deferência pela votação e dizer que desejo que haja harmonia perante todos os membros da mesa diretora e com todos os colegas que compõem este colegiado”, afirmou.

Desembargador Tyrone Silva cumprimentou o eminente colega pela eleição. “Que faça uma grande administração como é da sua competência”, afirmou.

A convocação de desembargadores e desembargadoras para a eleição para o cargo de 2º vice-presidente foi feita pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, por meio da Circular GP nº. 522022, de 4 de abril de 2022, nos termos do artigo 100 e seus parágrafos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e da Lei complementar nº 242, de 31 de março de 2022.

Perfil

Desembargador Marcelino ingressou na magistratura em 1982, após aprovação em concurso público para Juiz de Direito. Foi promovido por merecimento para as comarcas de Carolina (1986-1990) e Pedreira (1990-1993).

Chegou à capital em setembro de 1993, promovido por antiguidade como juiz auxiliar, tendo sido titularizado na 5ª Vara da Fazenda Pública, por ele instalada em 1997. Por meio de permuta, foi para a 2ª Vara da Família em 2002, onde permaneceu até ter acesso ao cargo de desembargador.

Como juiz da 10ª Zona Eleitoral, presidiu a solenidade de diplomação do prefeito e vereadores eleitos em 2004, em São Luís. Marcelino Everton teve acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, sendo oficialmente empossado em 16 de outubro de 2013.

Expediente no Judiciário maranhense será suspenso no feriado de 21 de abril

O expediente no Judiciário do Estado do Maranhão será suspenso nesta quinta-feira, dia 21, (feriado de Tiradentes), conforme RESOL-GP - 662021 do Tribunal de Justiça.

PLANTÃO

Responderá pelo plantão de 2º Grau da Justiça estadual o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, em que serão recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas Cível e Criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas são Sílvio Roberto P. Soares Priscila C. S. Guzman . O telefone celular disponibilizado para contato no 2º Grau é o (98) 98815-8344. O serviço funciona em regime de sobreaviso.

Fonte: Agência TJMA de Notícias

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - BLOG NETO WEBA
NEUTRA
SÃO LUIS : Professores rejeitam proposta de 10,06% e decidem manter greve

SÃO LUIS : Professores rejeitam proposta de 10,06% e decidem manter greve

Os professores da rede municipal de ensino rejeitaram a proposta de 10,96% de reajuste salarial apresentada pela Prefeitura de São Luís durante audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), com Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação).

A categoria decidiu durante assembleia geral rejeitar a proposta e manter a greve iniciada na segunda-feira (18).

Essa é a segunda proposta rejeitada pelos professores. Anteriormente, a Prefeitura de São Luís havia apresentado proposta de 5% que foi rejeitada pela categoria.

O Sindeducação reivindica reajuste linear de 33,24% – percentual definido pelo Ministério da Educação (MEC) para o reajuste do piso nacional e reajuste de 36,56% para os professores de nível superior.

Na semana passada, a greve foi decretada ilegal pela desembargadora Maria Francisca Galiza.

CCJ aprova parecer favorável ao plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Judiciário

Publicado em abril 19, 2022 por Paulo Roberto
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou, dentre outras proposições, parecer favorável ao projeto de lei 176/2022, do Poder Judiciário, que versa sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Judiciário.

O deputado Ariston (PSB) presidiu a reunião, que contou com a presença dos deputados Adriano (PV), Marco Aurélio (PCdoB), Ricardo Rios (PC do B), Márcio Honaiser (PDT), Zé Inácio Lula (PT), Glaubert Cutrim (PDT), Wendell Lages (PV) e Wellington do Curso (PSC).

Justificativa

Em mensagem encaminhando a matéria à Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador Lourival Serejo, afirma que a proposição é o ápice de um intenso debate sobre tema, iniciado em 2015.

O desembargador destaca a criação de uma comissão formada por desembargadores, integrantes da direção do TJ e servidores, que se dedicaram ao estudo do tema em constante diálogo, materializando as propostas aprovadas por unanimidade pelo Tribunal Pleno.

“O plano de cargos, carreiras e vencimentos se destina ao atendimento de duas importantes finalidades: estabelecer um sistema coerente e duradouro do percurso funcional do servidor do Judiciário, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, do mérito e da qualificação profissional, além de elevar o nível de satisfação e de comprometimento dos servidores com os serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade maranhense”, enfatiza o presidente do TJMA.

Projeto do Executivo

A CCJ também aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei 009/2022, do Poder Executivo, que institui o Sistema Estadual de Proteção às Pessoas Ameaçadas no Estado do Maranhão e o Conselho do Sistema de Proteção do Estado.

O relator da matéria, deputado Adriano (PV), ressalta a importância do texto para a justiça criminal. “Pela primeira vez, aprova-se uma lei que vai regulamentar a proteção dessas vítimas e das pessoas que presenciaram o crime. Com o PL aprovado, essas pessoas poderão testemunhar, de forma mais tranquila, na rede de proteção que está sendo criada. Esta lei representa um marco para a justiça criminal no Maranhão”, afirmou.

Avaliação

O presidente da CCJ, deputado Ariston Sousa, avaliou a reunião como muito produtiva. “Cumprimos nosso dever para com a população maranhense e agradeço aos meus pares pela colaboração”, disse.

Professores rejeitam proposta de 10,06% e decidem manter greve

Os professores da rede municipal de ensino rejeitaram a proposta de 10,96% de reajuste salarial apresentada pela Prefeitura de São Luís durante audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), com Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação).

A categoria decidiu durante assembleia geral rejeitar a propos e manter a greve iniciada na segunda-feira (18).

Essa é a segunda proposta rejeitada pelos professores. Anteriormente, a Prefeitura de São Luís havia apresentado proposta de 5% que foi rejeitada pela categoria.

O Sindeducação reivindica reajuste linear de 33,24% – percentual definido pelo Ministério da Educação (MEC) para o reajuste do piso nacional e reajuste de 36,56% para os professores de nível superior.

Na semana passada, a greve foi decretada ilegal pela desembargadora Maria Francisca Galiza.

Prefeitura de São Luís propõe 10,06% de reajuste a professores

A Prefeitura de São Luís apresentou proposta de 10,06% de reajuste salarial aos professores de São Luís, durante audiência de conciliação, nesta quarta-feira (20), no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) com Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação)

Anteriormente, a Prefeitura de São Luís havia apresentado proposta de 5% que foi rejeitada pela categoria.

Com a nova proposta, a categoria se reunirá em Assembleia Geral para decidir se aceita ou não o percentual de 10,06%.

O Sindeducação reivindica reajuste linear de 33,24% – percentual definido pelo Ministério da Educação (MEC) para o reajuste do piso nacional e reajuste de 36,56% para os professores de nível superior.

Na semana passada, a greve foi decretada ilegal pela desembargadora Maria Francisca Galiza.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - BLOG ZECA SOARES
NEUTRA
Audiência de conciliação decide sobre greve dos professores

Audiência de conciliação decide sobre greve dos professores

Por Zeca Soares
20 de abril de 2022
Comente

Uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça entre o Sindeducação (Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís) e a Prefeitura de São Luís, nesta quarta-feira (20), às 9h30, pode decidir pelo fim da greve dos professores da capital iniciada na segunda-feira (18).

O Sindeducação reivindica o reajuste linear de 33,24% – percentual definido pelo MInistério da Educação (MEC) para o reajuste do piso nacional e reajuste de 36,56% para os professores de nível superior.

A Prefeitura de São Luís já fez uma proposta de reajuste de 5% que foi rejeitada pela categoria e hoje apresenta uma nova proposta durante a audiência de conciliação.

Na semana passada, a greve foi decretada ilegal pela desembargadora Maria Francisca Galiza.

Foto: Divulgação

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - BLOG ZECA SOARES
NEUTRA
Daniella quer dados da OAB sobre mulheres para vagas no TJ

Daniella quer dados da OAB sobre mulheres para vagas no TJ

Um requerimento apresentado nesta semana pela deputada Daniella (PSB) na Assembleia Legislativa do Maranhão pode obrigar a Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a apresentar informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa por vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão pelo chamado Quinto Constitucional.

O pedido será apreciado pela Mesa Diretora da Casa.

Segundo a solicitação, a parlamentar quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje. Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.

A ideia de que vem crescendo entre movimentos por direitos femininos é que haja três homens e três mulheres na lista.

No mês de março, advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, com diversas autoridades, para pedir apoio ao movimento chamado Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas tenham 50% de mulheres (saiba mais).

O movimento contou com apoios da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do TSE.

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

Blog de Gilberto Léda

Comarca de Balsas agrega Tasso Fragoso à 5ª vara

Publicada em 20/04/2022 às 10h38Versão para impressão

Parlamentares na sessão plenária realizada na manhã desta terça-feira. Parlamentares na sessão plenária realizada na manhã desta terça-feira. (Crédito foto: Reprodução)

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, na sessão plenária desta terça-feira (19), o Projeto de Lei Complementar 001/2022, de inciativa do Poder Judiciário, que modifica o Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão. O texto normativo faz uma adequação na legislação, no que se refere ao quantitativo de juízes da Comarca de Balsas e às competências de suas Varas e Juizado Especial. A matéria foi encaminhada à sanção do governador Carlos Brandão (PSB).

De acordo com o PL, a Comarca de Tasso Fragoso, agregada à de Balsas, fica transformada em 5ª Vara da Comarca de Balsas. A Vara apreciará e julgará os feitos referentes à infância e juventude, atribuições cíveis e administrativas e processamento e julgamento de atos infracionais, juizado especial da violência doméstica e familiar contra a mulher e processamento e julgamento de medidas de proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

Justificativa

Em mensagem de encaminhamento da proposição à Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, justifica a modificação sob o argumento de que, segundo o IBGE, a população estimada da cidade de Balsas girava em torno de 95.929 habitantes em 2020.

“Somando-se a tal número, a população dos Termos Judiciários de Nova Colinas (5.427 habitantes), Fortaleza dos Nogueiras (12.647 habitantes), Tasso Fragoso (8.582 habitantes) e São Pedro dos Crentes (4.684 habitantes), pode-se afirmar que a população abrangida pela comarca de Balsas, em 2020, totalizava mais de 127.629 habitantes. Balsas, que é sede da comarca, é a terceira maior cidade do estado em território, possui grande movimentação comercial e econômica, destacando-se como o maior produtor de soja e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Maranhão”, acrescenta Lourival Serejo.

DESEMBARGADOR ROTONDANO É ELEITO PRESIDENTE DO FÓRUM NACIONAL FUNDIÁRIO DAS CORREGEDORIAS-GERAIS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Publicado em 20 de abril de 2022 às 09:45

O Corregedor-Geral do Poder Judiciário da Bahia (PJBA), Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano foi eleito, por aclamação, Presidente do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça. A decisão foi tomada na sexta-feira (8), em assembleia geral, durante o 88° Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça (ENCOGE).

A regularização fundiária nas comarcas de entrância final foi estabelecida pelo Corregedor-Geral Rotondano como uma das prioridades de sua gestão, dada a relevância social e econômica da ação. Além disso, segundo o Desembargador, a regularização fundiária é uma forma de instrumentalizar direitos fundamentais do cidadão, a exemplo da moradia digna.

A Corregedoria-Geral está executando um plano de ação com a finalidade de alavancar o projeto, já tendo realizado reuniões com diversos Prefeitos, outros Tribunais de Justiça, além da Defensoria Pública e do Ministério Público.

O Desembargador Rotondano sucederá o Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) Paulo Sérgio Velten Pereira, que, em 29 de abril, deixa a Corregedoria para assumir a Presidência do TJMA.

O Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias gerais dos Tribunais de Justiça foi criado, inicialmente, abrangendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, formando o acrônimo MATOPIBA. Em seguida, o estado de Minas Gerais aderiu ao projeto, que ganhou contornos nacionais, conforme deliberação do 87ª ENCOGE, realizado em São Luís do Maranhão.

Audiodescrição: No topo da matéria, consta uma foto do Desembargador Rotondano usando terno cinza. Atrás dele, duas estantes cheias de livros.

Greve dos professores: Prefeitura oferece 10,06% de reajuste salarial para a categoria em São Luís

Em greve geral há dois dias, Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) pede reajuste de 33,24%. Categoria analisa proposta em assembleia realizada nesta quarta-feira (20).
Por g1 MA — São Luís, MA

20/04/2022 17h38 Atualizado há um dia

Professores da rede pública municipal de São Luís realizam greve geral; categoria quer reajuste salarial de 33,24% — Foto: Divulgação/Sindeducação
Professores da rede pública municipal de São Luís realizam greve geral; categoria quer reajuste salarial de 33,24% — Foto: Divulgação/Sindeducação

A Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED) informou que apresentou uma proposta de 10,06% de reajuste salarial para os professores da rede municipal da capital maranhense. A categoria deflagrou greve geral na segunda-feira (18).

A proposta foi feita durante um audiência de conciliação no Tribunal de Justiça, nesta quarta-feira (20). Ao g1, o Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação) informou que realiza na tarde desta quarta-feira uma assembleia geral, para definir se aceita a proposta ou continua com o movimento grevista.

Prefeitura vai apresentar nova proposta de reajuste para os professores de São Luís nesta terça (19)

Segundo a secretaria, o reajuste será destinado para os servidores ativos, inativos e pensionista de nível superior, respeitando a realidade orçamentária do município e garantindo a valorização dos profissionais.

Em nota, a SEMED afirmou que aguarda a apreciação e aprovação da proposta e reforçou o compromisso de reconstrução da educação de São Luís.

O que pedem os professores?
O Sindicato dos Profissionais do Ensino Público de São Luís (Sindeducação), diz que o movimento grevista foi aprovado no último dia 8 de abril, após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%, um valor.

Segundo o Sindicato, o valor é muito abaixo do que a categoria reivindica em sua campanha salarial, que é atualização do piso nacional de 33,24% para docentes do nível médio, e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com nível superior.

Bolsonaro oficializa aumento de 33,24% no piso salarial dos professores da educação básica da rede pública
Perguntas e respostas: Entenda o reajuste dos professores
ANA FLOR: governo foi pressionado por parlamentares e categorias

O reajuste de 33,24% foi aprovado pelo governo federal, no dia 4 de fevereiro deste ano, com isso, o piso passou de R$ 2.886 para R$ 3.845.

O Sindeducação afirma que os professores da rede municipal de ensino estão há 5 anos sem aumento de salário, e a proposta feita pela Prefeitura de São Luís, de reajustar em apenas 5% os salários, é considerada ‘imoral’ pela categoria.

Ainda segundo o sindicato, além de rejeitarem a proposta de 5% da prefeitura, os professores também assumiram o compromisso de lutar por escolas que ofereçam condições dignas para toda a comunidade escolar.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
20/04/2022 - SITE G7 MARANHÃO
POSITIVA
Othelino recebe novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

Othelino recebe novo plano de cargos dos servidores do Judiciário

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores
Foto de João Filho João Filho2 dias atrás0 1 minuto lido

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto, recebeu, nesta segunda-feira (18), o projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Efetivos e Comissionados do Poder Judiciário do Maranhão (PCCV).

O documento foi entregue pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, e pelo presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário (Sindjus), George Ferreira. Também participaram o diretor-geral do TJMA, Mário Lobão, e o tesoureiro do sindicato, Márcio Luís Andrade.

No encontro, Othelino Neto disse que, por também ser servidor público de carreira, reconhece a importância desse projeto de lei para a categoria. “Os servidores esperam por este momento há alguns anos e, hoje, a matéria chega à Assembleia. Daremos a tramitação célere que o PL merece, afinal, a proposição valoriza os servidores do Judiciário”, assinalou.

O chefe do Legislativo maranhense destacou, ainda, a relação independente e harmoniosa que a Casa tem com o Judiciário, o que proporciona esse diálogo permanente. “Já vamos, inclusive, encaminhar para que o projeto tramite em regime de urgência e espero que, nos próximos dias, já possamos apreciar o texto”, completou Othelino.

O desembargador Lourival Serejo afirmou que o projeto garante direitos aos servidores. “O PL assegura mais uma conquista para os servidores do Judiciário maranhense. São direitos que, evidentemente, se renovarão com o tempo”, frisou.

O presidente do Sindjus, George Ferreira, agradeceu a disponibilidade do presidente Othelino Neto. “Seguimos cumprindo nosso compromisso com os servidores e vamos em busca de mais avanços. Agradeço ao deputado Othelino por reconhecer a importância do nosso pleito”, declarou.

Audiência de conciliação pode encerrar greve dos professores nesta quarta

Reunião está marcada para as 9h30 na sede do Tribunal de Justiça, em São Luis.
Gilberto Léda/ipolítica

20/04/2022 às 07h15
Parte dos professores paralisou atividades na segunda-feira (18)
Parte dos professores paralisou atividades na segunda-feira (18) (Divulgação)
SÃO LUÍS - Está marcada para esta quarta-feira (20), a partir das 9h30, uma audiência de conciliação no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entre a Prefeitura de São Luís e representantes do Sindicato dos Profissionais do Magistério da Rede Municipal de São Luís (Sindeducação).

Os professores da rede municipal de ensino da capital estão em greve desde segunda-feira (18), mesmo contra decisão do próprio TJ, assinada pela desembargadora Maria Francisca Galiza, declarando ilegal o movimento.

A categoria exige reajuste linear de 33,24% - valor estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) para o reajuste do piso nacional - e um reajuste da ordem de 36,56% para os professores de nível superior.

A proposta já apresentada pelo Município, e rejeitada pelos profissionais desde o dia 8 de abril, foi de um reajuste de 5%, além da atualização do piso nacional como definido pelo MEC - um projeto de lei come este teor já se encontra na Câmara Municipal de São Luís.

Segundo a secretária municipal de Educação da capital, Caroline Marques Salgado, uma nova proposta será apresentada pelo gestão municipal na audiência de hoje.

Prefeitura propõe 10,06% de reajuste para professores de São Luís

Sindicato vai reunir categoria às 16h30 para apresentar proposta do município e definir se encerra ou mantém greve.

SÃO LUÍS - A Prefeitura de São Luís, em reunião de conciliação com o Sindicato dos Profissionais de Magistério de São Luís (SindEducação), apresentou a proposta de 10,06% de reajuste salarial para os docentes, que se reunirão nesta tarde de quarta-feira, 20, para decidir se aceitam ou não a proposta.

O percentual proposto na reunião ocorrida na manhã desta quarta-feira, 20, no Tribunal de Justiça, é o dobro do que a Prefeitura havia oferecido durante as rodadas de diálogo feitas com o SindEducação.

Os professores recusaram a proposta de reajuste de 5% e decidiram deflagrar greve por tempo indeterminado na segunda-feira, 18, mesmo após decisão judicial que considerou a paralisação ilegal.

Diante do impasse, uma audiência de conciliação foi marcada e a Prefeitura apresentou 10,06% de reajuste.

O SindEducação reunirá a categoria em assembleia às 16h30 desta quarta-feira. A proposta do município será a pauta. Se a categoria aceitar a proposta, a greve será encerrada e os professores voltarão a trabalhar.

Se recusada, a greve se manterá e novas rodadas de diálogo deverão acontecer.

Deputada quer dados da OAB sobre indicação de mulheres para vagas de desembargador

Daniella protocolou requerimento na Assembleia para que expediente seja enviado à Ordem.
Gilberto Léda/ipolítica

20/04/2022 às 11h31 - Atualizada em 20/04/2022 às 11h32
Requerimento de Daniella será apreciado pela Mesa Diretora
Requerimento de Daniella será apreciado pela Mesa Diretora (Agência Assembleia)
SÃO LUÍS - A Assembleia Legislativa do Maranhão deve encaminhar expediente ao presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitando informações sobre o histórico de indicações de advogadas nas listas sêxtuplas encaminhadas pela entidade para disputa por vagas de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão pelo chamado Quinto Constitucional.

O pedido consta de requerimento da deputada Daniella (PSB) a ser apreciado pela Mesa Diretora da Casa.

Segundo a solicitação, a parlamentar quer informações detalhadas de quantas mulheres já foram incluídas nas listas para concorrer ao cargo desde a criação da Ordem até os dias de hoje.

Ela questiona, ainda, se existe na OAB algum projeto exigindo que haja paridade de gênero na composição dessas listas.

Vagas - O debate deve ganhar força no Maranhão nas próximas semanas em virtude da criação de sete novas vagas de desembargador no Tribunal de Justiça estadual. Uma delas será preenchida por indicação da OAB-MA, que encaminhará uma lista sêxtupla para a corte.

A ideia de que vem crescendo entre movimentos por direitos femininos é que haja três homens e três mulheres na lista.

No mês de março, advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas em Brasília, com diversas autoridades, para pedir apoio ao movimento chamado Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas tenham 50% de mulheres.

O movimento contou com apoios da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
20/04/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
Desembargador Marcelino Everton é eleito 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Desembargador Marcelino Everton é eleito 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

Eleito exercerá funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor-geral do Poder Judiciário
Com 26 votos favoráveis, os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) elegeram o desembargador Marcelino Chaves Everton para o cargo de 2º vice-presidente do Tribunal, durante a sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 20.

De acordo com a Lei Complementar nº 242/2022, o 2º vice-presidente ficará afastado de suas funções judicantes (salvo no Plenário) e substituirá o 1º vice-presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos. Além disso, o 2º vice-presidente exercerá as funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor-geral do Poder Judiciário.

Em discurso, o desembargador Marcelino Everton comunicou que deixa o cargo de juiz substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), diante da eleição teceu agradecimentos à Corte estadual. “Quero agradecer a cada um dos colegas a deferência pela votação e dizer que desejo que haja harmonia perante todos os membros da mesa diretora e com todos os colegas que compõem este colegiado”, afirmou.

Desembargador Tyrone Silva cumprimentou o eminente colega pela eleição. “Que faça uma grande administração como é da sua competência”, afirmou.

A convocação para a eleição foi feita pelo presidente do TJMA, Lourival Serejo, por meio da Circular GP nº. 522022, de 4 de abril de 2022, nos termos do artigo 100 e seus parágrafos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e da Lei complementar nº 242, de 31 de março de 2022.

Perfil – Desembargador Marcelino ingressou na magistratura em 1982, após aprovação em concurso público para Juiz de Direito. Foi promovido por merecimento para as comarcas de Carolina (1986-1990) e Pedreira (1990-1993).

Chegou à capital em setembro de 1993, promovido por antiguidade como juiz auxiliar, tendo sido titularizado na 5ª Vara da Fazenda Pública, por ele instalada em 1997. Por meio de permuta, foi para a 2ª Vara da Família em 2002, onde permaneceu até ter acesso ao cargo de desembargador.

Como juiz da 10ª Zona Eleitoral, presidiu a solenidade de diplomação do prefeito e vereadores eleitos em 2004, em São Luís. Marcelino Everton teve acesso ao cargo de desembargador, pelo critério de antiguidade, sendo oficialmente empossado em 16 de outubro de 2013.

Greve dos professores: categoria quer proposta melhor da Prefeitura

A categoria é formada atualmente por mais de 8 mil profissionais, entre ativos e aposentados.

Professores reivindicam reajuste salarial de acordo com o piso nacional, que teve um aumento de 33,24%. (Foto: Reprodução)

Patrícia Cunha
Por: Patrícia Cunha
20 de Abril de 2022
Em greve desde o dia 18 de abril, os profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino aguardam a nova proposta de reajuste que será apresentada pela Prefeitura Municipal de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação, na audiência de conciliação marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para a manhã desta quarta-feira, 20.

Os professores aprovaram no último dia 8 de abril o início do movimento paredista após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%. Segundo o Sindeducação, que representa a categoria, esse percentual está aquém do que a categoria reivindica em sua campanha salarial, que é a atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior.

“A expectativa é de que venha uma proposta diferente dos 5% apresentada na mesa de negociação. Já dissemos à Prefeitura que não aceitamos os 5%. Toda proposta que a Prefeitura faz, precisa ser levada para a categoria apreciar em assembleia. A gente já tem uma assembleia marcada para a tarde desta quarta, para seguir o rito conforme manda a lei. Qualquer que seja a proposta, será apreciada pela categoria”, disse o Sindicato.

O Sindeducação esclarece que desde o ano de 2021 tentava abrir o diálogo com a gestão municipal para iniciar as tratativas da campanha salarial, porém, somente no dia 10 de fevereiro de 2022 é que a Prefeitura de São Luís instaurou a Mesa de Negociação e, enquanto o sindicato ponderava sobre a importância de se levar em conta que toda a categoria fosse contemplada com um reajuste digno, o prefeito Eduardo Braide remeteu à Câmara Municipal de São Luís antecipadamente um Projeto de Lei para atualizar os vencimentos de apenas 889 professores, que são do Nível Médio.

A categoria é formada atualmente por mais de 8 mil profissionais, entre ativos e aposentados.

Sobre o reajuste de 5%, o Sindeducação disse que o reajuste foi dado sem apresentar, nenhuma documentação que demonstrasse o impacto no orçamento do município ou a inviabilidade de um percentual maior.

Não foi apresentado também o impacto na folha de pagamento dos profissionais do magistério e nem a prestação de contas dos gastos com os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), referente a 2021.

Lembrando que, somente em 2021, para investimentos nas escolas e na valorização dos profissionais do magistério, o município de São Luís recebeu R$ 512 milhões e, para este ano está previsto receber R$ 523 milhões. O Sindeducação também organiza o movimento grevista para pedir pelo fim do assédio moral e mais transparência no orçamento e as contas da Prefeitura.

Em nota, a Prefeitura disse que a atual gestão recebeu a rede física escolar sem nenhuma escola em condições mínimas de funcionamento durante a pandemia. Que de todas as unidades, em 1 ano e 3 meses, 50% foram totalmente reformadas e as demais passaram por intervenções necessárias para garantir o retorno das aulas.

Sobre o transporte escolar, que coube à atual gestão regularizar o serviço do transporte escolar; e quanto à merenda escolar, que até o momento não recebeu nenhuma queixa ou reclamação por parte da comunidade escolar.

“Por fim, a Semed agradece aos professores que estão neste momento em sala de aula e lamenta a paralisação de parte da categoria promovida pelo Sindeducação, uma vez que a diretoria do Sindicato esteve reunida com o Município na semana passada (terça-feira, 12 de abril), onde foi informado que o Município apresentará uma nova proposta, dentro da sua realidade financeira”, finalizou a Prefeitura, em comunicado.

Professores rejeitam proposta e mantém greve em São Luís

Categoria quer reajuste salarial de 33,24% de acordo com o Piso Nacional

Professores se reúnem na praça Deodoro. (Foto: Reprodução/Ma98)

Por: Saulo Duailibe
20 de Abril de 2022
Um dia decisivo para a educação da capital maranhense. Em greve desde o dia 18 de abril, os profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino decidiram manter o movimento grevista após assembleia realizada nesta quarta-feira (20), na Praça Deodoro, centro de São Luís.

A categoria rejeitou a nova proposta de reajuste que foi apresentada pela Prefeitura Municipal de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), na audiência de conciliação marcada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na manhã desta quarta.

A Semed, que se pronunciou através de nota, revelou que durante a audiência apresentou uma proposta de 10,06% de reajuste salarial para os professores do Sindeducação. “O percentual ofertado demonstra todo o esforço do Município para assegurar este reajuste aos professores (ativos, inativos e pensionistas de nível superior), respeitando a realidade orçamentária e financeira municipal, além de garantir a valorização dos profissionais do Magistério e os investimentos necessários para a educação”, diz a nota.

Após receberem a proposta de 10,06%, a categoria levou o valor ofertado pela Prefeitura para uma assembleia do Sindeducação, que iniciou às 17h desta quarta. Depois de avaliação dos profissionais da educação, eles decidiram seguir com a paralisação.

A greve
Os professores aprovaram no último dia 8 de abril o início do movimento paredista após a Prefeitura de São Luís oferecer reajuste de 5%. Segundo o Sindeducação, que representa a categoria, esse percentual está aquém do que a categoria reivindica em sua campanha salarial, que é a atualização do piso nacional (de 33,24%) para professores com Nível Médio e a repercussão em toda tabela salarial do magistério, com 36,56% de reajuste para todos os professores com Nível Superior.

O Sindeducação esclarece que desde o ano de 2021 tentava abrir o diálogo com a gestão municipal para iniciar as tratativas da campanha salarial, porém, somente no dia 10 de fevereiro de 2022 é que a Prefeitura de São Luís instaurou a Mesa de Negociação e, enquanto o sindicato ponderava sobre a importância de se levar em conta que toda a categoria fosse contemplada com um reajuste digno, o prefeito Eduardo Braide remeteu à Câmara Municipal de São Luís antecipadamente um Projeto de Lei para atualizar os vencimentos de apenas 889 professores, que são do Nível Médio.

A categoria é formada atualmente por mais de 8 mil profissionais, entre ativos e aposentados.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
20/04/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
SEMED divulga nota sobre proposta de reajuste salarial aos professores de São Luís

SEMED divulga nota sobre proposta de reajuste salarial aos professores de São Luís

Realizada no TJMA audiência de conciliação entre o Sindeducação e o Município de São Luís

Em audiência conduzida nesta quarta-feira (20), pela desembargadora Francisca Galiza, no Centro de Conciliação e Mediação no 2° Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Maranhão, o Município de São Luís apresentou a proposta para encaminhamento, à Câmara de Vereadores, do projeto de lei relativo ao reajuste salarial de 10,06%, para os professores, englobando profissionais ativos, inativos e pensionistas.

Na audiência, o Sindicato foi representado pela presidente Regina Sheila Bordalo Martins, acompanhada do advogado, Milton Ricardo Luso Calado.

Os representantes do município de São Luís foram os secretários municipais Enéas Garcia Fernandes Neto (Governo), Anna Caroline Marques Pinheiro Salgado (Educação), o procurador-geral, Bruno Araujo Duailibe Pinheiro e o procurador do município de São Luís, João Simões Teixeira.

O Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís solicitou, ainda, o reajuste de forma retroativa, pleito que foi sugerido pela desembargadora Francisca Galiza com sua aplicação a partir de fevereiro do ano em curso, quando iniciaram as negociações sendo acolhido pelos representantes do município de São Luís, com o pagamento de forma parcelada nos meses de junho, julho e agosto de 2022.

Na audiência, o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís, decidiu por apresentar e apreciar a referida proposta em assembleia com a categoria.

A desembargadora decidiu pela suspensão da multa diária nos dias 20 e 21 de abril de 2022, que restará mantida em caso de não interrupção da greve.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - POSSE
20/04/2022 - SITE O MARANHENSE
POSITIVA
Presidente do TJMA empossa juíza em Grajaú

Presidente do TJMA empossa juíza em Grajaú

20 de abril de 2022 omaranhense

A juíza Nuza Maria Oliveira Lima foi empossada na 2ª Vara da Comarca de Grajaú, de entrância intermediária, nesta quarta-feira (20), pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo.

A magistrada foi promovida, pelo critério de merecimento, da Comarca de São João dos Patos, de entrância inicial, na Sessão Plenária Administrativa no dia 16 de março de 2022.

O presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo desejou sucesso na nova jornada profissional da magistrada.

“Com quatro anos de trabalho árduo na Comarca de São João dos Patos, acabamos vivenciando a sociedade. Uma promoção faz parte de nossa carreira e são novos desafios”, disse a juíza Nuza.

“A 2ª Vara da Comarca de Grajaú é uma cidade maior, com quantidade de processos bem maior. Vamos desenvolver um trabalho, uma gestão para entregar uma prestação jurisdicional como a população de Grajaú merece”, concluiu.

O termo de compromisso e posse foi lido pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Mário Lobão

Também participaram da solenidade de posse da juíza Nuza Lima, a advogada Ideilres Alves da Silva, Crisângela Ribeiro Pacheco e Lucas Ferreira.

CARREIRA

A juíza ingressou na magistratura em 2016 na Comarca de Alto Parnaíba, ficando um ano e oito meses, sendo removida para a de São João dos Patos até esta data onde foi promovida para a 2ª Vara da Comarca de Grajaú.

CCJ aprova parecer favorável ao plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Judiciário

19 de abril de 2022 omaranhense

Nesta terça-feira (19), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou, dentre outras proposições, parecer favorável ao projeto de lei 176/2022, do Poder Judiciário, que versa sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Judiciário.

O deputado Ariston Sousa (PSB) presidiu a reunião, que contou com a presença dos deputados Adriano (PV), Marco Aurélio (PCdoB), Ricardo Rios (PC do B), Márcio Honaiser (PDT), Zé Inácio Lula (PT), Glaubert Cutrim (PDT), Wendell Lages (PV) e Wellington do Curso (PSC).

Justificativa

Em mensagem encaminhando a matéria à Assembleia, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), desembargador Lourival Serejo, afirma que a proposição é o ápice de um intenso debate sobre tema, iniciado em 2015.

O desembargador destaca a criação de uma comissão formada por desembargadores, integrantes da direção do TJ e servidores, que se dedicaram ao estudo do tema em constante diálogo, materializando as propostas aprovadas por unanimidade pelo Tribunal Pleno.

“O plano de cargos, carreiras e vencimentos se destina ao atendimento de duas importantes finalidades: estabelecer um sistema coerente e duradouro do percurso funcional do servidor do Judiciário, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, do mérito e da qualificação profissional, além de elevar o nível de satisfação e de comprometimento dos servidores com os serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade maranhense”, enfatiza o presidente do TJMA.

Projeto do Executivo

A CCJ também aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei 009/2022, do Poder Executivo, que institui o Sistema Estadual de Proteção às Pessoas Ameaçadas no Estado do Maranhão e o Conselho do Sistema de Proteção do Estado.

O relator da matéria, deputado Adriano (PV), ressalta a importância do texto para a justiça criminal. “Pela primeira vez, aprova-se uma lei que vai regulamentar a proteção dessas vítimas e das pessoas que presenciaram o crime. Com o PL aprovado, essas pessoas poderão testemunhar, de forma mais tranquila, na rede de proteção que está sendo criada. Esta lei representa um marco para a justiça criminal no Maranhão”, afirmou.

Avaliação

O presidente da CCJ, deputado Ariston Sousa, avaliou a reunião como muito produtiva. “Cumprimos nosso dever para com a população maranhense e agradeço aos meus pares pela colaboração”, disse.

TJMA promoverá seminário em alusão ao Dia Nacional da Mulher

A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER/TJ MA) promove, no dia 28 de abril, a partir das 8h30, o seminário “A Importância do Trabalho em Rede no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres”. As inscrições podem ser feitas até o dia 25 de abril.

A iniciativa - em alusão ao Dia Nacional da Mulher (30 de abril) – possui o intuito de conscientizar a sociedade sobre a importância da luta pelos direitos das mulheres e meninas e, também, pela erradicação da violência de gênero. Visa, também, a capacitar profissionais envolvidos (as) na área, discutir a atuação em rede e compartilhar experiências.

O evento, que acontecerá no auditório Madalena Serejo, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), é destinado a magistrados, magistradas, servidores e servidoras da Justiça, operadores e operadoras do Direito, profissionais da Rede de Atendimento e Proteção à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, além de estudantes.

A abertura da programação contará com a presença do presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo; do corregedor-geral de Justiça, desembargador Paulo Velten Pereira; do presidente da CEMULHER/TJMA, desembargador Cleones Cunha; do diretor da ESMAM, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos; da diretora do Fórum, juíza Andréa Permultter Lago; dentre outras autoridades.

DIA NACIONAL DA MULHER
O Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril, também faz alusão ao nascimento de Jerônima Mesquita, filha mais velha de uma família com cinco irmãos, que, ao cursar os estudos secundários na França, teve seu primeiro contato com a luta feminina em prol da equidade.

Após um casamento ‘arranjado’ com um primo, um filho e um divórcio, ela atuou como voluntária da Cruz Vermelha na I Guerra Mundial. Ao regressar ao seu país natal, tornou-se ativista dos direitos das mulheres e foi membra fundadora do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil (CNMB). Em 1972, Jerônima Mesquita veio a falecer. Naquele ano, a lei que criava o Dia Nacional da Mulher foi aprovada, sendo o marco vinculado à data de seu aniversário.

Nos dias atuais, continua sendo primordial a luta pelos direitos femininos e, em virtude disso, é necessária a atuação de uma Rede complexa de trabalho, na qual diferentes órgãos e serviços públicos reúnem esforços, articuladamente, visando ao acolhimento das vítimas de violência doméstica e familiar, bem como coibir a prática de violência. Para o funcionamento harmonioso dessa Rede, é fundamental a realização de capacitação permanente voltada para os profissionais envolvidos na área, de modo a alinhar condutas e atualizar procedimentos.